

MEMÓRIA DE GESTÃO CULTURAL DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR

Thiago Buzatto Storck

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo tem por objetivo resgatar a memória da gestão cultural no período do regime militar no Brasil, como objeto de estudo, serão observados os investimentos realizados no Auditório Araújo Vianna, pois o auditório foi reinaugurado no bairro Bom Fim em Porto Alegre no ano de 1964. Como problema de pesquisa, pretende-se investigar se a gestão cultural sofreu algum tipo de repressão neste período e como se deu seu avanço nesta época. Assim a pergunta norteadora deste problema é: houve gestão cultural durante o regime militar ou somente recessão?

Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optou-se por utilizar o método de pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Mioto (2007) é o meio pelo qual o pesquisador consegue uma base sólida para consolidar os dados apresentados através de pesquisas em materiais publicados como livros, artigos e periódicos. Além destes foram realizadas buscas em documentos publicados que retratem a gestão cultural do período.

Primeiramente o leitor irá encontrar uma breve contextualização sobre o período do regime militar juntamente com um estudo sobre a gestão cultura ao longo deste período e quais documentos registram as memórias desta época. Após, uma breve contextualização sobre o Auditório Araújo Vianna e a gestão do mesmo durante o período estudado. Por fim as considerações finais que puderam ser construídas ao longo da pesquisa realizada.

Regime Militar e a Gestão Cultural

O período do regime militar, também conhecido como ditadura militar ou golpe militar, teve início no ano de 1964 e permaneceu até 1985. Assim no dia 1º de abril o então Presidente João Goulart foi deposto, sendo instaurado no país seu novo regime político.

Este sistema, até hoje divide opiniões, havendo aqueles que defendem como um período de renovação, justiça, combate à corrupção e ao caos dos governos anteriores. Assim como há quem defenda que foi um dos piores momentos da história do país, marcado por censuras, opressões e autoritarismo militar (COUTO, 1999; CARDOSO, 2014).

Anterior ao regime militar, as questões culturais ficavam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) (CALABRE, 2006). Já durante o regime militar uma das propostas do governo foi em relação ao incentivo e promoção à cultura tendo em 1966 sido criado o Conselho Federal da Cultura (CFC) juntamente com o Plano Nacional de Cultura (PNC) que visava incentivos financeiros, planejamentos culturais e a criação de órgãos governamentais para este fim (FERNANDES, 2013).

Independente das controversas opiniões, o regime militar foi instaurado com uma proposta de organizar e regulamentar a produção e a distribuição cultural do país. E estas ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do território nacional (FERNANDES, 2013; PAIVA, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970 o governo investiu em políticas culturais visando o incentivo ao consumo de bens culturais e em criação de órgãos culturais que até hoje se fazem presentes como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além destes foram criados o Conselho



Nacional de Direito Autoral (CNDIA) e o Conselho Nacional de Cinema (extintos em 1990) (SILVA, 2011).

Em contrapartida o governo militar também fechou alguns órgãos populares que até então faziam parte dos movimentos culturais, como os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento Popular da Cultura, entre outros. (PAIVA, 2014)

Foi durante o governo militar que a telecomunicação avançou através de incentivos financeiros e financiamentos, principalmente canais de televisão atingindo níveis nacionais de audiência, sobretudo emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo, transmitindo notícias e entretenimento para todo o país. Além da televisão produções cinematográficas foram incentivadas pelo governo militar (COUTO, 1999, SILVA, 2011).

O que o governo censurava não era a cultura em si, mas o que seria apresentado, principalmente com a criação do AI5 (Ato Institucional número 5), que permitia ao governo intervir em qualquer peça teatral, filme, programas de televisão através de força militar. Para que um espetáculo fosse aprovado, o interessado deveria enviar ao CFC um formulário, especificando o que seria apresentado como roteiro, falas, figurinos, cenários e tudo mais que fosse preciso utilizar no espetáculo ou no produto cultural. Após aprovação pelo CFC o mesmo poderia ser rodado sem problemas (CALABRE, 2006; PAIVA, 2014).

Os movimentos de esquerda representados por artistas, pensadores contrários ao regime e algumas universidades sofreram repressão contra seus manifestos artísticos e culturais pois apresentavam, sobretudo, críticas ao governo militar, e como estava previsto pelo AI5 estes atos e manifestações não seriam considerados parte da cultura do país, pois serviriam apenas para criar insatisfação, confusão, incertezas e revoltas na população (CARDOSO, 2014; COUTO, 1999).

Miceli (1984) e Ortiz (1988) explicam que nesta época o investimento por parte de grandes empresários em cultura se fortaleceu, pois, produções teatrais, programas de televisão rádios e cinema viraram oportunidades de negócios para quem cumpria as regras impostas pela censura do governo.

Como exemplo pode-se destacar os grandes clássicos literários que viraram filmes durante o período analisado, como Macunaíma (1969) O Cortiço (1978), O Guarani (1979), Morte e Vida Severina (1977) e Brás Cubas (1985) (G1, 2013). Outros clássicos do cinema brasileiro surgiram nesta mesma época, como os filmes dos trapalhões que marcaram gerações na década de 70, Dona Flor e seus 2 Maridos (1976) , Xica da Silva (1976) entre outros clássicos. Ramos (2004) relata que a década de 70-80 estava aquecida para produções brasileiras, tanto de televisão quanto cinema e que este período proporcional abrangência e reconhecimento internacional.

Memória Cultural do Regime Militar

Além das leis de criação do CFC e do PNC, tendo como exemplo o decreto número 74 de 21 de novembro de 1966 que cria o Conselho Federal de Cultura, publicado em Diário Oficial da União, existem os relatos gravados por diversos artistas que na época tiveram que ser exilados, pois sofreram com ações da censura do governo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Entre tantos podem-se elencar cantores e compositores:

- Caetano Veloso e Gilberto Gil: Para eles o exílio foi necessário pois sofriam represarias por parte do governo devido suas músicas apresentarem temas com opiniões contrárias ao que pregava às políticas do governo militar (BALDASSARINI JÚNIOR, 2015; VELOSO; GIL, 2016).
- Elis Regina e Chico Buarque narram suas experiências com o exílio na mesma época, e também apresentam os mesmos motivos, pois suas canções e representações artísticas representavam críticas ao governo (MENDES, 2019; MONTEIRO, 2011).

Mas conforme Gondar (2005), Halbawchs (2006) e Nora (2008) somente a existência de narrativas ou documentos não representam uma memória em si, mas sim o que fazemos com estes documentos e relatos, de que forma estes são manipulados para serem lembrados.

E o que se percebe, ao observar as publicações e divulgações realizadas, é que apesar dos documentos legais publicados, da criação de Conselhos e Plano de Cultura e a expansão que as emissoras de televisão, salas de cinemas e estações de rádio tiveram durante o período de governo militar, estes feitos parecem ser anulados das narrativas em detrimento da perseguição e exílio sofrido por estes artistas e o que se memora são apenas as repressões sofridas.

Gestão Cultural do Auditório Araújo Vianna Durante o Regime Militar

Inaugurado no bairro Bom Fim em 1964, o Auditório Araújo Vianna se consagrou nos anos 70 como palco da MPB recebendo artistas renomados como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina e Cássia Eller. Tendo sido palco também do tributo aos 90 anos de Luis Carlos Prestes no mesmo período (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; JORNAL DO COMÉRCIO, 2011).

Conforme documentos encontrados no Arquivo Municipal de Porto Alegre, no dia 05 de agosto de 1974 foi enviada uma comunicação por parte da administração do Auditório para a Diretoria de Divisão de Cultura do Estado informando o valor investido de 4.350,00⁷ Cruzeiros com projeções cinematográficas ocorridas no auditório no período de 9 a 24 de julho do mesmo ano (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019)

Neste mesmo período, o governo iniciou estudos para a proposta de cobertura do Auditório, pois o mesmo apresentava uma estrutura de teatro a céu aberto, no entanto este tipo de teatro no Estado do Rio Grande do Sul, não foi eficaz devido às condições climáticas da região, ficando sem utilização em grande parte do ano devido a épocas de muito frio e chuvas (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

O governo militar realizou em 1978 através do Departamento de Cultura orçamentos para a cobertura do Auditório, tendo encontrado o valor mais acessível de 17.400.000,00⁸ de Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

Em 1972 a Prefeitura de Porto Alegre, juntamente com o Departamento de Cultura do governo, decidem através do Decreto de Lei 4502 que a Banda Municipal teria contrato e remuneração através da prefeitura para realização de shows no Auditório Araújo Vianna. O provento total da banda em 1972 ficou em 145.925,00⁹ Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

O auditório Araújo Vianna divulgava seus eventos por meio de folhetins durante as décadas de 60, 70 e 80. E durante este período conseguiu manter com regularidade suas atividades, entre elas shows de artistas diversos, apresentações da banda municipal e local para reuniões de agentes do governo e moradores do bairro Bom Fim. Somente a partir da década de 90 que o auditório começou a iniciar sua fase de declínio onde teve que encerrar suas atividades no ano de 2005 por falta de verbas e investimentos capazes de mantê-lo em funcionamento (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

7 13.074,72 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

8 17.397.715,66 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

9 793.376,10 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC. FEE - Fundação de Economia e Estatística: <<https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>.

Considerações Finais

Estudar o período do regime militar do Brasil e conseguir encontrar artigos e/ou relatos que não expressem juízo de valor, foi uma missão difícil. Mas consideramos este também como um dado científico, pois as diversas opiniões sobre o período ainda se fazem presentes, mesmo para aqueles que não vivenciaram o regime, mas o conhecem apenas pelas memórias relatadas.

Neste sentido, as memórias quanto ao período estudado, no que tange a cultura e gestão cultural, refletem quase sobremaneira as memórias dos artistas e suas obras que objetivavam criticar o governo e por este motivo foram perseguidos e exilados. Pouco se escuta falar, e assim memorar, sobre os avanços culturais da época.

Assim, quando voltamos aos pensadores sobre memória como Gondar, Halbwachs e Nora, percebe-se que a memória social pode ser manipulada de tal forma a refletir somente aquilo que se quer memorar de acordo com quem manipula transmitindo as informações.

Este tema, acredita-se, sempre envolverá esta polêmica política, afinal, o regime militar foi marcado por opiniões controversas que até hoje repercutem nas mídias e discussões políticas.

E retomando a pergunta norteadora deste estudo, pode-se afirmar que apesar da censura e perseguições a artistas, que hoje não seriam mais aceitas pela população brasileira devido termos alcançado mais democracia, houve sim uma gestão cultural por parte do governo militar, incluindo avanços em relação a gestão cultural no período.

A gestão cultural do país conseguiu progresso uma vez que o governo militar criou órgãos governamentais que ainda se fazem presentes e atuantes na cultura do país e permitiram e apoiaram investimentos para a expansão cultural através de mídias televisivas, rádios, cinemas, além de peças de teatros e espetáculos musicais, mesmo sendo somente para os que souberam aproveitar a oportunidade tendo que respeitar as regras impostas pela censura, os investimentos ocorreram e a expansão cultural foi possível nesta época.

Quando analisado os investimentos que foram realizados no Auditório Araújo Vianna, percebe-se que existia um planejamento sobre a gestão cultural, inclusive com a criação do Decreto 4502/72 que contratou a banda municipal para realizar shows no Auditório. E sua periodicidade de eventos durante as décadas de 60 a 80. O declínio do auditório por falta de investimentos iniciou somente a partir da década de 90 quando o mesmo já estava sendo gerido em um novo regime político.

Referências

- ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Documentos fotografados no Arquivo Municipal**. Porto Alegre, 2019.
- BALDASSARINI JÚNIOR, S. **Caetano Veloso exilado pela ditadura militar**. Documentário jovem aos 50: a história de meio século da Jovem Guarda. 2015. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fUM0l_9ZLQ0>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- CALABRE, L. Intelectuais e política cultural: O Conselho Federal de Cultura. **Revista Intellèctus**. v. 2, ano 5. maio, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 74**, de 21 de Novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CARDOSO, C. C. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis (Brasil: 1964-1968). **Perseu: História, Memória e Política**, n. Especial, 2014.

- COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil 1964 - 1985. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- FERNANDES, N. A. M. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Contemporânea**. v. 3, n. 1 p. 173-192. Jan./Jun. 2013.
- G1. **Literatura Brasileira**: livros clássicos que viraram filmes. 2013. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/literatura-brasileira-livros-classicos-que-viraram-filme.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JORNAL DO COMÉRCIO. **Araújo Viana recebe o Natal da Cidade com shows neste sábado**. 2011. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=81747&codp=104&codni=3>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.
- MENDES, M. **Elis Regina fala sobre a ditadura militar** (parte 2). 2019. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b1hQojliWbE>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- MICELI, S. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de administração de empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984.
- MONTEIRO, N. **Chico Buarque e a Ditadura Militar**. 2011. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nWpurtrYnek>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- NORA, P. **Pierre Nora enLeslieux de mémoire**. EdicionesTrilce, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=jxc1TLsKfsC&oi=fnd&pg=PA5&dq=nora+pierre&ots=Jok07wx81x&sig=i2nzB5tIM5lwOzCxf2TbOgT-ZY8#v=onepage&q=nora%20pierre&f=false>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIVA, L. M. L. **Cultura e ditadura**: permanências autoritárias nas políticas culturais. 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?psecao=271>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- RAMOS, J. M. O. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa nos anos 1970-1980. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- SILVA, V. M. da. A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). 2011. 211f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VELOSO, C.; GIL, G. **As memórias do exílio**. 2016. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6nBk36AGKZ8>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

